

O NEOFASCISMO NO BRASIL

Texto: Armando Boito Jr.¹

Nota introdutória: Caio Bugiato²

Diagramação: Ana Carolina Aguiar³

Nota introdutória

No início do semestre letivo da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) em março de 2019 o professor Armando Boito Junior ministrou a Aula Magna do curso de Relações Internacionais desta universidade, em que apresentou sua análise sobre os conflitos de classe nos governos petistas, até o golpe de 2016, publicada no seu livro *Reforma e crise política no Brasil: os conflitos de classe nos governos do PT*. O foco da análise de Boito Junior no processo político nacional não descuida das forças internacionais que incidem sobre a conjuntura brasileira, uma vez que atenta para a ingerência do capital estrangeiro, aliado a segmentos da grande burguesia brasileira, no processo político brasileiro. Contudo, na Aula o professor foi além da análise do ciclo petista e abordou, com a mesma atenção, a ascensão do neofascismo no país e sua conquista do Estado, o governo de Jair Bolsonaro. O texto a seguir, portanto, são as reflexões de Boito Jr. sobre a atualidade da política brasileira, anteriormente publicadas no portal do jornal *Brasil de Fato* (ver as notas de rodapé ao início de cada seção), mas aqui estão agrupadas e em uma versão ligeiramente modificada, o que torna a análise mais completa. Em um momento em que o Ministério das Relações Exteriores é comandado por um dos agentes do chamado neofascismo, alinhado política e ideologicamente – e pouco pragmático – a um movimento

1 Professor titular de Ciência Política da Unicamp e editor da revista *Crítica Marxista*.

2 Professor do curso de Relações Internacionais da UFRRJ e coordenador do Laboratório Interdisciplinar de Estudos em Relações Internacionais (LIERI)

3 Discente do curso de Relações Internacionais da UFRRJ e monitora do LIERI.

de caráter global, cuja representação máxima parece ser o presidente dos Estados Unidos Donald Trump, o Boletim do LIERI traz uma análise política necessária para compreender a atualidade e suas tendências.

I - O fascismo é um fenômeno histórico irrepitível?⁴

Atilio Boron publicou um artigo no jornal *Brasil de Fato* no qual recusa peremptoriamente a caracterização do governo Jair Bolsonaro como fascista e recusa até a possibilidade de esse governo vir a se converter, no futuro, num governo fascista⁵. O leitor poderia se perguntar se tal diagnóstico não seria precoce, pois quando o texto de Boron foi publicado o governo Bolsonaro encontrava-se em seu primeiro dia de existência, e poderia se perguntar também se tanta certeza sobre a evolução futura do governo não seria um abuso na prática da análise prospectiva. Contudo, observando as razões apresentadas por Boron para fundamentar o seu prognóstico entendemos o porquê do seu texto ser tão taxativo. Boron sustenta que o fascismo é um fenômeno histórico único, restrito à Europa das décadas de 1920 e 1930, e portanto, afirma ele, irrepitível. Nós, que muito aprendemos com Boron, discordamos dele sobre essa questão. O fascismo não pode ser excluído das possibilidades presentes na atual conjuntura brasileira. Vou tentar mostrar por quê.

Boron inicia a sua análise caracterizando o fascismo como “uma forma excepcional do Estado capitalista”, distinta da democracia burguesa, que seria a

4 Este é o primeiro artigo de uma série de quatro que publicamos no portal do jornal *Brasil de Fato*. Nessa série, defendemos a tese de que o bolsonarismo deve ser caracterizado como neofascismo e analisamos diferentes aspectos desse fenômeno. Esta primeira parte foi publicada em 10 de janeiro de 2019 com o título “A questão do fascismo no governo Bolsonaro”. Link: <https://www.brasildefato.com.br/2019/01/10/artigo-or-a-questao-do-fascismo-no-governo-bolsonaro>

5 Atilio Boron, “Caracterizar o governo Bolsonaro como fascista é um grave erro”. Portal *Brasil de Fato*. Link: <https://www.brasildefato.com.br/2019/01/02/artigo-or-caracterizar-o-governo-de-jair-bolsonaro-como-fascista-e-um-erro-grave/>

forma típica desse Estado, e distinta também, lembra ele na parte final o seu texto, de outras formas excepcionais, como a ditadura militar. O Estado burguês apresentar-se-ia, então, correntemente sob a forma democrática e excepcionalmente sob a forma ditatorial – fascista ou militar. É uma linha de análise muito semelhante àquela desenvolvida por Nicos Poulantzas em sua obra *Fascismo e ditadura*. Diz Boron:

[O fascismo] É uma forma excepcional do Estado capitalista, com características absolutamente únicas e irrepetíveis, que irrompeu quando seu modo ideal de dominação, a democracia burguesa, enfrentou uma gravíssima crise no período entre a Primeira e a Segunda Guerra mundiais.

Contudo, essa caracterização é apresentada apenas de passagem no texto. Quando Boron vai argumentar sobre a impossibilidade do ressurgimento de Estados fascistas na atualidade, ele surpreendentemente abandona a caracterização do fascismo como forma de Estado e passa a discorrer sobre o bloco no poder do período dos fascismos clássicos, ou seja, deixa de tratar da forma de organização do Estado capitalista – democracia? ditadura militar? ditadura fascista? – e passa a discorrer sobre o arranjo específico existente entre as classes e frações de classe que exerceram o poder de Estado naquele mesmo período. Das quatro características fundamentais do fascismo que o autor arrola, três delas referem-se à composição e à hierarquia do bloco no poder na Itália e na Alemanha das décadas de 1920 e 1930: a fração burguesa hegemônica nesse bloco e as políticas econômica e externa que expressam essa hegemonia. O fascismo seria um regime ou governo da burguesia nacional, com uma política econômica intervencionista e nacionalista e com uma política externa centrada na obtenção de uma “divisão do mundo” mais favorável a essa mesma burguesia nacional. Isso posto, conclui que seria impossível o ressurgimento do fascismo na atualidade devido à nova fase do capitalismo, caracterizada pelo aprofundamento da internacionalização e da financeirização da economia, que teria eliminado as burguesias nacionais.

Hoje, na era da transnacionalização e financeirização do capital, com o predomínio das megacorporações que operam em escala mundial, a burguesia nacional descansa no cemitério das

velhas classes dominantes. Seu lugar é ocupado agora por uma burguesia imperial e multinacional que subordinou e fagocitou seus congêneres nacionais (incluindo as dos países do capitalismo desenvolvido) e atua no tabuleiro mundial com uma unidade de poder que periodicamente se reúne em Davos para traçar estratégias globais de acumulação e dominação política. E sem burguesia nacional não existe regime fascista devido à ausência de seu principal protagonista.

Verifica-se, portanto, e muito claramente, uma oscilação teórica no texto de Boron ao caracterizar o fascismo: ora ele é apresentado como uma forma de Estado, que é a caracterização inicial e não desenvolvida no texto, ora como um tipo de bloco no poder, que é a caracterização que o texto desenvolve e que de fato aplica. Para que o leitor perceba as consequências dessa oscilação, observemos o seguinte. No período de entre guerras, os Estados francês, britânico e estadunidense também tiveram a “burguesia nacional como protagonista” – exceção feita ao período do governo de Frente Popular na França –, também praticaram, a partir da crise de 1929, uma política econômica intervencionista e nacionalista e tampouco deixaram de procurar a melhor posição para suas burguesias nacionais no cenário internacional. Se considerássemos o fascismo um tipo de bloco no poder, teríamos de caracterizar os regimes desses países nesse período como fascistas. Por que não procedemos assim? Porque nos atemos à forma de Estado que, no caso, se tratava de regimes de democracia burguesa. Logo, é esse aspecto, a forma de Estado, que devemos considerar quando falamos de fascismo.

O fascismo é uma forma de Estado, como o é a democracia burguesa ou a ditadura militar. Na forma democrático-burguesa do Estado capitalista, são possíveis diferentes composições e hierarquias das forças que integram o bloco no poder. A história evidencia esse fato de maneira tão abundante que não vale a pena exemplificar. Também sob a ditadura militar variam muito a composição de classes e frações e a posição de cada uma delas no bloco no poder. Restringindo-nos exclusivamente ao período mais recente da história da América Latina, basta lembrar os casos, de um lado, das ditaduras militares chilena e argentina, que aplicaram uma política econômica neoliberal, e, de outro, a

ditadura militar brasileira, que manteve e aprofundou, após um breve período inicial liberalizante, a política econômica desenvolvimentista. Um e outro programa de política econômica expressavam posições distintas das diferentes frações burguesas na hierarquia do bloco no poder desses Estados - capital internacional e capital local, capital industrial e capital comercial etc. Aliás, o próprio Boron chega a reconhecer, implicitamente, a possibilidade de variar o bloco no poder sob um mesmo arranjo institucional. Ele caracteriza o governo Peron como um “cesarismo progressivo”. Cesarismo diz respeito ao tipo de jogo político que se estabelece entre o governo e as forças políticas em presença, e não a esta ou aquela política econômica, externa ou social específica que é o que expressa, sempre, a composição e a hierarquia do bloco no poder. É o adjetivo “progressivo” que se refere a tais políticas. E se é necessário acrescentar o adjetivo “progressivo” ao cesarismo de Peron é porque, para Boron, existe, evidentemente, um “cesarismo regressivo”. Logo, temos aí, novamente, a questão do conteúdo variável dentro de uma mesma forma de Estado.

Enfim, se o bloco no poder pode variar e varia na forma democrático-burguesa e na forma ditadura militar, por que seria diferente com o fascismo? Apenas para essa forma de Estado teríamos um único e específico bloco no poder e nenhum outro? Não pensamos assim. Sob um Estado fascista pode-se ter uma política econômica nacionalista ou entreguista, intervencionista ou neoliberal, políticas essas que refletirão composições e arranjos distintos dos blocos no poder vigentes. Por essa razão, pensamos que é sim possível o reaparecimento do fascismo no século XXI. E também que não devemos descartar a hipótese de o governo Bolsonaro vir a implantar um regime fascista no Brasil. O que seria esse regime? Qual é a possibilidade de isso vir, de fato, a ocorrer? São questões que poderemos tentar responder num próximo texto.

II - O neofascismo já é realidade no Brasil⁶

Como caracterizar o movimento de extrema direita que chegou ao poder no Brasil? E como caracterizar o governo Bolsonaro? Neoliberal? Neocolonial?

⁶ Este é o segundo texto da série sobre o bolsonarismo como neofascismo e foi publicado no portal do jornal *Brasil de Fato* em 19 de março de 2019. <https://www.brasildefato.com.br/2019/03/19/artigo-or-o-neofascismo-ja-e-realidade-no-brasil/>

Neofascista? Todas as anteriores?

Em artigo que publiquei no mês de janeiro no portal do *Brasil de Fato*, polemizando com um texto de Atilio Boron publicado também neste jornal, sustentei que não se pode, ao contrário do que afirma Boron, descartar a hipótese de que essa nova direita e esse governo sejam fascistas ou, mais precisamente, neofascistas. Boron havia afirmado que o fenômeno fascista seria irrepitível porque o seu principal protagonista, a burguesia nacional, teria desaparecido. Argumentei, então, que ao falar em Estado fascista fazemos referência, em primeiro lugar, à forma de Estado e não às classes e frações de classe específicas que participam do bloco no poder. Dentro de uma mesma forma de Estado – seja a democracia, a ditadura militar ou a ditadura fascista – são possíveis diferentes blocos no poder. A ditadura fascista num país imperialista não terá o mesmo bloco no poder que uma similar sua implantada num país cuja economia e cujo Estado são dependentes. Isso significa que, teoricamente, é possível contemplar a hipótese de que um eventual Estado fascista no Brasil poderia vir a servir ao capital internacional, não à burguesia nacional como sucedeu no fascismo clássico, e, para tanto, aplicar uma política neoliberal e “neocolonial”. Fascismo, neoliberalismo e neocolonialismo não são excludentes.

A distinção entre forma de Estado e bloco no poder é fundamental. Porém, para caracterizar o neofascismo já em vigor no Brasil, é necessário mobilizarmos outras distinções conceituais. O fascismo é uma das formas ditatoriais do Estado capitalista, mas essa forma supõe a existência de uma ideologia, a ideologia fascista, e tal forma de Estado somente se torna realidade se houver um movimento social, o movimento fascista movido pela ideologia fascista, que assuma a luta para a sua implantação. Os fascistas também fazem cálculos táticos. Eles podem, numa determinada conjuntura, abrir mão ou postergar a luta pela implantação de uma ditadura fascista. Segundo Palmiro Togliatti no seu livro *Lições sobre o fascismo*, foi exatamente isso que fez Mussolini quando assumiu a chefia do governo em 1922 e foi o que ele continuou fazendo pelo menos até 1923. Ou seja, teoricamente é possível admitir que um movimento fascista, movido pela ideologia fascista, chegue ao governo e não implante uma ditadura fascista. Pois bem, no Brasil de hoje temos a ideologia neofascista, o movimento neofascista, um

governo no qual os neofascistas disputam a hegemonia com o grupo militar – esse último apegado a um autoritarismo mais propenso a outro tipo de ditadura – mas não temos um regime político fascista – o que temos é uma democracia burguesa deteriorada e em crise.

As definições são sempre problemáticas, mas podemos arriscar a afirmação de que, nas suas características mais gerais, *o fascismo é um movimento reacionário de massa* enraizado em classes intermediárias das formações sociais capitalistas. Ele é movido por um discurso superficialmente crítico – e, ao mesmo tempo, profundamente conservador – sobre a economia capitalista e a democracia burguesa. A sua ideologia é heterogênea, pouco sistemática, e nela se destacam a designação da esquerda como o inimigo a ser destruído, o culto da violência, um nacionalismo autoritário e conservador e a politização do racismo e do machismo. É um movimento que chega ao poder, não como representante de tais classes intermediárias, mas, sim, após ter sido politicamente confiscado pela burguesia ou uma de suas frações com o objetivo de, apoiada nele, superar uma crise política e implantar um governo antidemocrático, antioperário e antipopular. Essa dinâmica, com detalhes que não poderemos abordar aqui, prevaleceu tanto no fascismo clássico quanto no neofascismo brasileiro – um estudo importante para se compreender o tipo de crise política na qual pode nascer a ditadura fascista é o livro de Nicos Poulantzas intitulado *Fascismo e ditadura*.

O fascismo tem por objetivo eliminar – e não simplesmente derrotar – a “esquerda” do processo político. “Esquerda” é um termo genérico e meramente indicativo. No fascismo clássico essa “esquerda” era composta por dois partidos operários de massa, isto é, partidos cuja organização é envolve as bases, seja em seções por local de moradia ou em células nos locais de trabalho; cuja ação política é perene, e não sazonal – apenas em anos de eleição; e cuja atividade de educação política e ideológica das massas é constante. Estamos nos referindo ao Partido Socialista e ao Partido Comunista, partidos que, de resto, retiveram para si a votação do operariado enquanto houve eleições livres na Alemanha e na Itália – o que contraria, diga-se de passagem, o mito segundo o qual o fascismo teria impactado indistintamente os “trabalhadores” ou as “massas”, como pretendem alguns estudos de psicologia social do fascismo. Já no neofascismo brasileiro, a

“esquerda” a ser eliminada é o movimento democrático e popular que esteve, até aqui, sob a direção do Partido dos Trabalhadores, que, de há muito tempo, deixou de ser um partido de massa e se tornou um partido de quadros ou de notáveis – organização separada das massas, atividade política fundamentalmente sazonal e subestimação da importância do trabalho de educação política e ideológica dos trabalhadores.

O inimigo do fascismo clássico ameaça abertamente o capitalismo, organiza partidariamente as grandes massas operárias e, por isso, exige do fascismo um partido também de massa para a ele se opor. Esse partido de massa foi um partido pequeno-burguês, que comportava também militantes e dirigentes recrutados em setores desqualificados da sociedade. Já o inimigo do neofascismo brasileiro não é uma ameaça aberta ao capitalismo, visa reformar o modelo capitalista neoliberal e se apoia, sem organizar politicamente, na heterogênea parcela da população, típica dos países de capitalismo dependente, que podemos denominar “trabalhadores da massa marginal”. Por isso, o neofascismo pode dispensar um partido de massa, pode mobilizar suas bases para lutas específicas pelas redes sociais⁷, e é um movimento tipicamente de frações da classe média, além de militantes e apoiadores, como ocorreu com o fascismo clássico, em setores do lumpemproletariado – a respeito desse ponto, seria importante uma análise estritamente política da atuação das Milícias dos morros do Rio de Janeiro.

Acrescentemos que o movimento neofascista da alta classe média, mobilizado quando da pré-campanha eleitoral de Jair Bolsonaro já em 2016 e 2017, contou, desde o seu início, com a adesão de grandes e médios proprietários de terra principalmente das regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste⁸.

Se no fascismo clássico, o grande capital nacional, diante da crise dos partidos políticos que tradicionalmente o representavam, confiscou o movimento

7 Luiz Filgueiras e Graça Druck, O governo Bolsonaro, o neofascismo e a resistência democrática. Le Monde Diplomatique Brasil, novembro de 2018. Acessível em <https://diplomatique.org.br/o-governo-bolsonaro-o-neofascismo-e-a-resistencia-democratica/>

8 Anoto sobre esse ponto uma semelhança menor. Tratando do fascismo italiano, Gramsci, num texto de 1921, fala da existência de dois fascismos desde o início do movimento: um da pequena burguesia e outro dos proprietários rurais da Emilia, Toscana, Veneto e Umbria. Ver “I due fascismi”. In Antonio Gramsci, *Sul Fascismo*. A cura di Enzo Santarelli. Roma: Editori Riuniti. 1973.

pequeno-burguês, apoiou-se nele, para implantar a sua hegemonia; no neofascismo brasileiro, foi o capital internacional que, tendo em vista a crise do seu tradicional representante no Brasil, o PSDB, tetracampeão em derrotas nas eleições presidenciais e vislumbrando um possível hexa já que Lula poderia ser candidato em 2018 e 2022, foi esse capital, principalmente o estadunidense, que confiscou, em aliança com segmentos da grande burguesia brasileira, o movimento da alta classe média.

Foi a alta classe média que tomou a iniciativa de iniciar a luta pelo impeachment, enquanto o PSDB dividido hesitava, e foi daquele movimento que surgiu o movimento neofascista. Cabe lembrar a mobilização, a partir de provocação presidencial, no domingo 17 de março do MBL, do Vem pra Rua, do Revoltados on Line, bem como de outros grupos que animaram as manifestações pelo impeachment, para protestar contra recente decisão do STF, alguns propondo até o fechamento daquela corte de justiça. Do antipetismo de 2015 ao neofascismo de 2019 o caminho não é tão tortuoso. O capital internacional e segmentos da grande burguesia brasileira confiscaram esse movimento de classe média para, no caso do capital estadunidense e dos segmentos da grande burguesia brasileira a ele associados, perfilar o Estado e a economia brasileira ao lado dos Estados Unidos na disputa de hegemonia com a China.

Nos dois casos, no fascismo clássico e no neofascismo brasileiro, o principal do processo político resulta dos conflitos entre frações da burguesia – grande capital versus médio capital, no primeiro caso, burguesia associada e capital internacional versus a burguesia interna, no segundo – e também da intervenção política massiva de uma classe social intermediária – a pequena burguesia no fascismo clássico e a classe média no neofascismo. Essa dinâmica particular do processo político só pode ser devidamente compreendida se se tem em conta que nas fases mais avançadas do processo de fascistização, tanto no fascismo clássico, quanto no neofascismo, as classes populares vêm de seguidas derrotas e se encontram politicamente na defensiva – momentaneamente incapacitadas, portanto, para apresentarem alternativas políticas próprias e viáveis.

Considero que o neofascismo poderá ganhar a

hegemonia no governo e vir a implantar uma ditadura neofascista no Brasil – embora eu não veja essa hipótese como a mais provável no momento. Há a possibilidade de a democracia burguesa deteriorada sobreviver ou, ainda, a possibilidade de sermos levados para uma ditadura militar. Afinal de contas, qual é a importância prática de distinguirmos conceitualmente democracia de ditadura e, especificamente, ditadura militar de ditadura fascista? Faz alguma diferença para o movimento operário e popular? E se fizer, qual é essa diferença? Isso poderia ser tema para outro artigo.

III - As dificuldades da luta popular diante do fascismo⁹

Este é o terceiro e último artigo de uma série que estou publicando aqui no portal do *Brasil de Fato* sobre o neofascismo no Brasil de Bolsonaro. Neste último texto, pretendo indicar rapidamente quais são as dificuldades específicas da luta operária e popular diante de um movimento neofascista como esse que enfrentamos no Brasil atual. O tema é complexo e eu pretendo voltar a ele futuramente e em um trabalho mais alentado. Neste pequeno texto irei apenas indicar alguns pontos.

Convém recordar o que escrevemos nos dois artigos anteriores desta série. No primeiro deles, procurei mostrar que o fascismo não deve ser considerado um fenômeno histórico único, irrepetível, adstrito apenas a alguns países europeus no período 1919-1945. Para tanto, argumentei que o fascismo é uma forma do Estado capitalista, uma ditadura de tipo particular, e é também o movimento social – dotado de ideologia e base social específica – e o governo que lutam pela implantação dessa forma de Estado. Esse tipo particular de ditadura que é a ditadura fascista serviu para organizar a hegemonia política do capital monopolista em Estados imperialistas nas décadas de 1920 e 1930, mas poderá servir, na periferia latino-americana no século XXI, para organizar a hegemonia política do capital internacional, principalmente estadunidense, em Estados dependentes como o Brasil. Podemos, portanto,

⁹ Este é o terceiro artigo de uma série sobre o neofascismo no Brasil. Foi publicado no portal do jornal *Brasil de Fato* em 12 de abril de 2019. Link <https://www.brasildefato.com.br/2019/04/12/artigo-or-as-dificuldades-da-luta-popular-diante-do-fascismo-por-armando-boito-jr/>

conceber teoricamente a hipótese de uma ditadura fascista neoliberal ou neocolonial.

No segundo artigo, comparando, de um lado, os movimentos animados por Mussolini Hitler e, de outro, o bolsonarismo no Brasil, apresentei o que considero serem as semelhanças de fundo entre tais movimentos, que são o que justificam o emprego do conceito geral de fascismo para todos os três, e também as diferenças existentes entre o fascismo clássico e o bolsonarismo, que justificam o emprego do prefixo neo para denominar o caso brasileiro como uma variante particular daquele fenômeno. Aliás, em grande medida, a etapa histórica atual representa uma retomada, em condições históricas novas, de programas e ideologias de períodos anteriores, de tal sorte que nos deparamos com o neoliberalismo, o neodesenvolvimentismo, o neopopulismo e, agora, com o neofascismo. O que eu defendi foi que embora não tenhamos um regime de ditadura fascista no Brasil, mas sim uma democracia burguesa deteriorada e em crise, temos sim um movimento neofascista ativo e um governo cuja chefia está entregue ao principal representante desse movimento.

Passemos ao nosso tema. Que diferença faz, no que diz respeito à luta política, saber se enfrentamos um movimento fascista ou um movimento reacionário qualquer? Uma ditadura neofascista ou uma ditadura burocrática ou militar? Essas distinções não seriam preciosismos conceituais meramente acadêmicos? Não é aconselhável desdenhar do esforço intelectual para bem caracterizar os fenômenos políticos. Mesmo que esta ou aquela diferença entre um e outro regime político, entre um e outro partido ou ainda entre uma e outra ideologia não apresentar, pelo menos num primeiro momento, qualquer pertinência para organizar a luta prática, essa diferença não deve, por isso, ser desprezada e posta de lado. No processo de conhecimento, importa conhecer e, ademais, aquilo que hoje parece indiferente para a ação prática, amanhã poderá se revelar importante. Porém, no caso do fascismo, é sim pertinente para a prática política mostrar a especificidade dessa forma de Estado, bem como do movimento que pode conduzir a ela, quando comparada com os demais regimes políticos e movimentos ditatoriais e isso porque as condições da luta operária e democrático-popular variam de um para outro.

Retomemos, então, o nosso problema. As

condições de luta da classe operária e do movimento democrático-popular variam muito de acordo com a forma que assume o Estado burguês. No Brasil de hoje, ainda ouvimos em debates públicos a ideia segundo a qual seria indiferente para os trabalhadores a forma ditatorial ou forma democrática do Estado burguês. Começemos, então, por esse ponto básico e elementar: a democracia burguesa é muito mais favorável para a organização e a luta dos trabalhadores que a ditadura burguesa. Na forma democrática, em grau maior ou menor, os trabalhadores usufruem o direito de pensamento, expressão, manifestação, organização e de votar e ser votado. Podem lançar mão desses direitos para organizarem-se em sindicatos, comitês de empresa, associações populares, partidos políticos e possuírem imprensa própria. De posse desses meios de luta, podem defender seus interesses imediatos e organizarem-se politicamente para a luta pelo socialismo. É certo que a burguesia usufrui muito mais amplamente tais direitos, pois dispõe de meios econômicos muito superiores àqueles de que podem dispor os trabalhadores, mas isso apenas mostra que os direitos democrático-burgueses são usufruídos, regra geral, de modo desigual por uma classe e por outra, e não que tais direitos sejam, para a classe operária, formas desprovidas de conteúdo. A democracia importa sim para os trabalhadores.

A importância da democracia é aceita por grande parte – creio que pela maioria – do movimento socialista e popular. Mas que diferença poderia fazer saber se estamos diante de um movimento pela implantação de uma ditadura de um tipo ou de outro? Ditadura militar e ditadura fascista bem como os movimentos que defendem tais regimes não seriam inimigos por igual do movimento operário e popular? Sim, a ditadura no Estado burguês, seja do tipo que for, restringe ou suprime, em grau maior ou menor, as liberdades civis e políticas e combate a organização popular. Contudo, há uma diferença que importa: a ditadura militar não organiza um movimento popular de apoio e subestima a importância daquilo que Gramsci denominou a luta pela hegemonia cultural e moral na sociedade, enquanto a ditadura fascista, bem como o movimento que pode levar a ela, organiza e mobiliza setores populares. Foi por isso que no segundo artigo desta série eu dei uma definição sintética do fascismo que era justamente a seguinte: *um movimento reacionário de massa*.

O fascismo é um movimento reacionário porque, como eu escrevi, trata-se de um movimento para eliminar a esquerda do processo político – seja ela socialista, comunista ou democrático-popular – almejando uma organização ditatorial do Estado, mas, por ser de massa, esse movimento contém elementos ideológicos não burgueses e superficialmente críticos da economia e do Estado capitalista. No fascismo clássico, tratava-se de elementos ideológicos pequeno-burgueses; no neofascismo, de elementos ideológicos de classe média. Em conformidade com a sua base social pequeno-burguesa, aquele criticava principalmente o nascente capitalismo dos monopólios que agrava a situação do pequeno proprietário, o garrote dos bancos sobre as pequenas propriedades etc; já o neofascismo, em conformidade com a sua base social de classe média, critica principalmente a corrupção, a insegurança pessoal diante da criminalidade e o jogo sujo da “velha política”. Tanto no primeiro, como no segundo caso, o discurso fascista pode extrapolar a sua base social de origem e impactar outros segmentos populares, mesmo que tais elementos ideológicos superficialmente críticos sejam percebidos de modos distintos de acordo com o segmento social concernido. Por exemplo, no neofascismo os trabalhadores assalariados manuais podem se revoltar contra a corrupção por vê-la como parasitismo, enquanto os trabalhadores de classe média, além dessa motivação, tendem a destacar a necessidade de “higienizar” as instituições do Estado burguês, preservando-lhes a aparência de instituições públicas – o famigerado “republicanismo”.

Esses elementos superficialmente críticos, e vinculados ao discurso profundamente conservador de eliminação do movimento democrático e popular, convergem para a ideia de reforçar o autoritarismo do Estado brasileiro: o projeto dito de segurança de Sergio Moro que suspende, arbitrariamente, garantias constitucionais; a prática da ilegalidade no processo penal para a punição exemplar e espetacular da corrupção – preferencialmente quando tal prática puder ser imputada às empresas nacionais e à centro-esquerda representada pelo PT; desprezo pela atividade política que é identificada apenas como a política praticada no Congresso Nacional, mal disfarçado desprezo pela democracia e assim por diante. Um movimento de massa contém, obrigatoriamente, elementos ideológicos não burgueses, que interessam às massas e que podem mobilizá-las. No fascismo clássico, havia um partido de

massa; no neofascismo, como aventaram os professores Luiz Filgueiras e Graça Druck, a mobilização pelas redes sociais pode vir a substituir esse partido que falta ao bolsonarismo. E é justamente aí que residem as dificuldades específicas da esquerda quando se trata de enfrentar um movimento fascista. O discurso fascista obtém a adesão ativa de certos segmentos das classes dominadas e pode neutralizar outros.

Tanto na ditadura militar, quanto na ditadura fascista, os trabalhadores estão desprovidos de inúmeros direitos civis – pensamento, expressão, manifestação, organização – e dos direitos políticos. Porém, na ditadura militar, não tivemos o fenômeno da mobilização popular nem antes do golpe de 1964 e nem durante a ditadura. As Forças Armadas não mobilizaram os setores populares, não obtiveram e não procuraram obter a sua adesão ativa. A chamada “Marcha com deus, pela família e pela liberdade” foi algo muito breve, pontual, e em muitas cidades, a começar pelo Rio de Janeiro, aconteceram apenas depois que os militares já tinham tomado o poder. É algo muito diferente da situação atual na qual nasceu o bolsonarismo. Foram três ou quatro anos de grandes manifestações de rua em centenas de cidades brasileiras contra a esquerda e a centro-esquerda, pela deposição do governo Dilma e ditas contra a corrupção e contra a “velha política”. O bolsonarismo nasceu aí. Hoje, o MBL, o Vem pra Rua, o Revoltados Online e o Intervenção, para citar os grupos mais importantes, estão todos firmes no apoio ao governo ou convergem com o essencial de suas posições.

Diante desse movimento e desse discurso, a esquerda encontra dificuldades. Basta lembrar como episódio maior e fundador o Junho de 2013. Já tínhamos então grupos neofascistas, lutando contra a PEC 37, mandando a esquerda embora para Cuba, proibindo manifestantes de portarem bandeiras de partido político – partido de esquerda, claro. Mal se sabia dizer se se tratava de grupos neoanarquistas, os horizontalistas, ou neofascistas. Nada estava muito claro, salvo nos casos em que à proibição de portar bandeiras seguiam-se agressões físicas violentas contra os manifestantes de esquerda, como ocorreram, para citar apenas dois exemplos, nas cidades de São Paulo e de Campinas. E, desde então, essa ambiguidade não desapareceu. Os militantes socialistas, comunistas e populares não podem ignorar as críticas que os neofascistas fazem

à corrupção, àquilo que denominam “velha política” e à insegurança pessoal nos bairros populares. Veem-se na defensiva diante de tais discursos. É uma luta ideológica difícil em que os fascistas estão presentes e minimamente organizados nas escolas, nas ruas e em outros locais públicos e em que o seu discurso superficialmente crítico e profundamente reacionário obtém algum impacto popular. Esses militantes de esquerda não podem fazer tábula rasa desse discurso. Mais que isso, têm de reconhecer que os governos da centro-esquerda no Brasil não só não resolveram tais problemas denunciados pelos neofascistas – corrupção, insegurança, política de favores – como passaram a fazer parte deles, por exemplo, aperfeiçoando a política clientelista com os partidos de patronagem e conservadores do Congresso Nacional.

É preciso dar o devido destaque à crítica que fazem Olavo de Carvalho – principal ideólogo do neofascismo – e os seus seguidores ao fato de a ditadura militar não ter assumido o que eles denominam a guerra cultural contra o marxismo. Essa foi, segundo repetem os olavetes, a grande “falha” do regime militar. Afirmam que o regime militar realizou uma obra econômica meritória, mas, no plano político e cultural, teria deixado o Brasil entregue à esquerda porque foi omissa na luta cultural. Aqui, não há como não recordar dos artigos já clássicos de Roberto Schwarz sustentando que, ao menos nos anos imediatamente posteriores ao golpe de 1964, a hegemonia cultural na sociedade brasileira teria permanecido com a esquerda. Pois bem, o que estão nos dizendo os olavetes e o mentor intelectual deles? Exatamente isto: a ditadura militar não é a melhor fórmula, precisamos de uma ditadura fascista – é ela que poderá fazer a luta ideológica contra o “marxismo cultural”.

IV - A burguesia, o “lumpesinato” e o governo Bolsonaro¹⁰.

Gilberto Maringoni e Artur Araújo escreveram um texto, publicado no *Le Monde Diplomatique – Brasil* do corrente mês e intitulado “O lumpesinato no poder”, onde defendem a tese, anunciada claramente no próprio título do texto, segundo a qual o poder de

¹⁰ Este é o quarto artigo uma série sobre o neofascismo no Brasil. Foi publicado no jornal *Brasil de Fato* em 20 abril de 2019. Link: <https://www.brasildefato.com.br/2019/04/21/artigo-or-a-burguesia-o-lumpesinato-e-o-governo-bolsonaro/>

Estado no Brasil teria sido conquistado pelo lumpesinato¹¹. Afirmam os autores:

O governo de Jair Messias Bolsonaro representa um feito inédito em termos mundiais. Trata-se da primeira vez em que o lumpesinato, de forma organizada, chega ao poder de Estado. Não existe experiência semelhante em países da dimensão do Brasil. (...) O principal representante do lumpesinato nas esferas do poder é o próprio presidente da República.

Dos dois autores, conheço melhor os textos de Maringoni e aprendo muito com eles. Maringoni é um analista arguto da conjuntura política. Recentemente, foi o primeiro a esclarecer, com base em argumentos convincentes e conhecedor que é da Venezuela, que a operação Juan Guaidó, na sua fase de “ajuda humanitária”, patrocinada pelo imperialismo com a colaboração ativa do governo Bolsonaro, tinha resultado em fiasco. Porém, nesse texto sobre o lumpesinato, avalio que longe de esclarecer, ele e Artur Araújo confundiram as coisas.

A ideia segundo a qual seria o lumpesinato que ocupa o poder é sedutora. Jair Bolsonaro é um político abjeto, inimigo jurado da democracia e do socialismo, e concebê-lo, não apenas como integrante, mas também como representante político do lumpesinato alivia o justo ódio que sentem por ele todos aqueles que amam o povo trabalhador. Ademais, a tese parece esclarecedora, pois, de fato, a equipe de governo é formada por políticos desclassificados, militares desocupados, professores que fracassaram na academia, economistas marginais, coiteiros de milicianos e alpinistas sociais de história duvidosa. No entanto, sabe-se que nem sempre as coisas são o que parecem ser. A teoria política marxista ensina que é necessário distinguir aquele que toma a decisão – eventualmente, um economista neoliberal desprezado pelos próprios neoliberais ou um militar desprezado pelos militares – daquele que se beneficia com ela – o capital internacional, os grandes bancos etc. Definir a natureza de classe de um governo a partir do pertencimento social da equipe governamental é um equívoco *teórico* que induz a erros na *prática* política.

¹¹ Gilberto Maringoni e Artur Araújo “O lumpesinato no poder”. *Le Monde Diplomatique – Brasil*, abril de 2019.

O que mais importa é o conteúdo da decisão

É a teoria das elites, tanto na versão clássica quanto na moderna, que elege a pergunta “quem governa?” como eixo de suas análises. Ora, como se sabe, essa teoria foi produzida para combater a teoria política marxista, da qual, no entanto, o texto de Maringoni e Araújo declara-se seguidor. A teoria política marxista guia-se por outra pergunta: “para quem se governa?”. A burguesia industrial na Inglaterra e na Alemanha, para dirigir a transição ao domínio da grande indústria, se serviu, segundo as análises de Marx e de Engels, de governos organizados pelos grandes proprietários de terra que não podiam mais aspirar realisticamente à hegemonia no bloco no poder. Mudando o que deve ser mudado, os proprietários de terra decadentes no Brasil, que eram a base do antigo PSD, forneciam apoio parlamentar e quadros para a política de industrialização de Vargas e de Juscelino. A pergunta sobre o “quem governa” não deve ser abandonada – até porque a composição social da equipe governamental pode influir, embora secundariamente, no teor das medidas tomadas –, mas ela deve ser deslocada para segundo plano e inserida num dispositivo conceitual muito distinto daquele da teoria das elites.

Não é isso o que faz o artigo que estamos criticando. Nele, analisa-se o pertencimento social do pessoal governamental para se verificar a classe ou o setor social que se encontra no poder. Nada se diz sobre o conteúdo da política econômica, da política social e da política externa que esse pessoal implementou, e que é a única análise que poderia nos colocar na pista das classes e frações de classe que compõem o bloco no poder. Depois de definirem o que seria o conceito de lumpesinato, valendo-se abundantemente de textos de Marx, os autores colocam a seguinte questão: “A partir de tais definições, vale a pena tentar entender que classes e frações de classe compõem o primeiro escalão da administração eleita em 2018?”. E passam a discorrer sobre a composição da equipe governamental, nada sobre a política de Estado. Sim! Temos algo que poderia ser definido, de modo genérico, como lumpesinato nos altos escalões do governo e são eles que tomam as decisões. Porém, no que respeita ao conteúdo das decisões que estão tomando, ele atende ao lumpesinato ou ao capital internacional e à grande burguesia associada a esse capital? Segundo entendemos, o conteúdo da política externa, da política econômica e da política

social do governo Bolsonaro prioriza os interesses do grande capital internacional, principalmente o estadunidense, e dos segmentos da burguesia brasileira a ele associados, e atende também, embora secundariamente, outros segmentos da burguesia brasileira. Portanto, são o imperialismo, a burguesia brasileira e, principalmente, a sua fração associada ao capital internacional que ocupam o poder de Estado, e não o lumpesinato que lhes presta um serviço político.

De resto, causa estranheza o fato de o texto afirmar, de um lado, que o lumpesinato brasileiro realizou o feito, inédito segundo os próprios autores, de conquistar o poder de Estado e, de outro lado, sustentar que o lumpesinato é politicamente incapaz. Cito uma passagem do texto: “O lumpesinato, por característica inata, é avesso a qualquer projeto coletivo de longo prazo. Não é classe, não é coletivo, não forma grupos. Não há previsibilidade ou rotina possível em um conjunto de indivíduos para os quais vigoram as saídas individuais e a disputa de cada um contra todos.”

Dois conceitos de representação política

Parece-me que lumpesinato é um conceito mal definido, impreciso. Porém, se o aceitarmos para efeito de discussão, diríamos, concordando com o texto, que Jair Bolsonaro e grande parte de sua *entourage* integram o lumpesinato, mas, e agora discordando, diríamos que eles não o representam politicamente. E nesse ponto, é necessário estabelecer distinções de sentido ocultas na palavra “representar”.

Há dois *conceitos* (ideias) de representação política que se encontram, infelizmente, abrigados numa mesma e única *palavra* (representação). É preciso cuidado para não se perder nessa polissemia. Um governo ou um partido político pode representar uma classe social, um conjunto de frações de classe etc. no sentido de que a sua política contempla os interesses econômicos e políticos de tais segmentos. Para citar o *Dezoito Brumário de Luis Bonaparte*, o livro de Marx utilizado no texto que estamos comentando, é nesse sentido que Marx utiliza o termo quando diz que os monarquistas legitimistas representavam o latifúndio e os orleanistas, a grande burguesia industrial e financeira. Porém, a representação pode também indicar um laço meramente ideológico entre um governo ou um

partido, de um lado, e uma classe ou fração de classe, de outro. É nesse segundo sentido que Marx afirma no mesmo livro que Luis Napoleão representava o camponato, uma classe popular excluída do bloco no poder. Como mostrou Nicos Poulantzas, no seu livro *Poder político e classes sociais*, a política de Luis Napoleão não atende aos interesses dos camponeses, mas esses se constituem, por motivos ideológicos analisados no livro, em base de apoio do presidente e, mais tarde, do imperador. Eu penso que entre esses dois extremos, representação objetiva de interesses econômicos e representação baseada em ilusão ideológica, podemos conceber situações intermediárias e complexas que misturam, de maneiras e em dosagens variadas, uma coisa e outra. Temos no Brasil atual o fenômeno do lulismo, onde a liderança política, apoiada principalmente nos trabalhadores da massa marginal, baseia-se tanto no atendimento, mesmo que superficial, de interesses desses trabalhadores, quanto nas ilusões ideológicas desse populoso segmento social acerca da força e da natureza de uma liderança personalizada, desprovida de vínculo orgânico com a sua base de apoio e cujo laço de representação real vinculava-a, acima de tudo, à grande burguesia interna.

Pois bem, no primeiro sentido do termo, Bolsonaro representa, acima de tudo e como já indicamos, o capital internacional e a burguesia associada. Esse sentido faz referência, no caso da política de um determinado governo, à maneira como o poder político regula a economia do país, estabelece relações internacionais, aplica a política de ordem etc. É a dimensão da atividade governamental que mais afeta, e isso de modo amplo e profundo, a vida de toda a população. Já no seu segundo sentido, ou num ponto muito mais próximo do segundo que do primeiro, o governo Bolsonaro representa a classe média, principalmente a classe média abastada que se mobilizou para a deposição de Dilma Roussef, e os caminhoneiros que, também eles e em ação conjunta com o MBL, Vem pra Rua, Revoltados on Line e outros grupos de extrema-direita, se mobilizaram pelo impeachment e, na sequência, se engajaram na candidatura presidencial do capitão reformado. Esse segundo laço de representação, embora não tenha a importância econômica, social e política que tem o primeiro, já que esse pode remodelar toda uma sociedade, é, todavia, um laço importante no jogo político e é, no caso que analisamos, um recurso político do governo Bolsonaro. Os proprietários de ter-

ra também aderiram desde a primeira hora à campanha do capitão. Reivindicavam o direito de se armar, a liberdade para desmatar e mais repressão contra os movimentos camponês, indígena e quilombola. Como mostraram reportagens da imprensa, os proprietários de terra se juntaram aos jovens de alta classe média para a recepção ao presidente Bolsonaro nos aeroportos do país. Nenhum desses segmentos sociais – capital internacional, burguesia associada, proprietários de terra, alta classe média, caminhoneiros – podem ser caracterizados como lumpesinato.

A classe média, principalmente a sua fração abastada, e os proprietários de terra são as duas pernas sobre as quais caminha o movimento neofascista no Brasil. Os setores da sociedade que poderiam ser identificados com o conceito impreciso de lumpesinato, conceito com o qual os autores designam tanto indivíduos da classe burguesa quanto indivíduos das classes populares, não se mobilizaram coletivamente, que seja do meu conhecimento, na campanha de Bolsonaro. Forneceram material humano para o seu partido político de ocasião e para a equipe governamental, do mesmo modo que no fascismo clássico os ex-combatentes da Primeira Grande Guerra forneceram quadros para os partidos fascista e nazista, sem que isso tenha negado que a base social do movimento italiano e alemão tenha sido a pequena burguesia. O movimento fascista clássico foi um movimento reacionário de massa dirigido contra a esquerda, como ocorre com todas as variantes do fascismo, e a ditadura que ele chegou a constituir foi uma ditadura do grande capital apoiado na – embora muitas vezes em conflito com – a pequena burguesia, e não um “governo dos ex-combatentes” ou do “lumpesinato”.

Quando há conflitos entre, de um lado, aqueles cujos interesses o governo Bolsonaro de fato representa e, de outro, os interesses daqueles que se imaginam representados pelo mesmo governo, esse tende a decidir a favor dos primeiros. São o capital internacional e a burguesia associada que detêm a hegemonia no bloco no poder; a classe média e os caminhoneiros sequer participam desse condomínio fechado. Os segmentos de classe média que dependem da aposentadoria estão engolindo a reforma da previdência que interessa ao capital financeiro; os caminhoneiros estão engolindo a política de preços da Petrobrás que interessa aos acionistas privados nacionais e internacionais da petroleira

– aliás, Maringoni e Araújo publicaram no facebook uma esclarecedora conversa sobre o conflito em torno do preço do Diesel; e os proprietários de terra, embora integrem o bloco no poder e embora tenham recebido cargos no governo e tudo o mais o que o governo poderia oferecer em detrimento das classes populares e da ecologia, esses estão engolindo o enxugamento do crédito público subsidiado do qual dependem e a provável perda de parcelas do mercado chinês e dos países árabes, pois tais “inconvenientes” são consequências necessárias da aplicação do ajuste fiscal que interessa ao capital financeiro nacional e internacional e do alinhamento subserviente do Estado brasileiro ao imperialismo estadunidense na sua disputa com a China.

A quem serve a “desconstrução do país”

Os autores dão um fecho no seu texto referindo-se à fala de Bolsonaro nos EUA na qual o chefe de governo afirmou que era preciso desconstruir o que existe no Brasil. Essa de fato, e concordando com os autores, é uma frase representativa da linha de ação do governo. Afirmam eles:

“Não há descrição mais apropriada para um mundo traçado por Jair Bolsonaro em discurso proferido para uma plateia de extrema direita em Washington, em março último: “O Brasil não é um terreno aberto onde nós pretendemos construir coisas para o nosso povo. Nós temos que desconstruir muita coisa. Desfazer muita coisa.” [Prosseguem, então, os autores.] São frases-síntese de um governo lumpem que se move por pequenos e grandes negócios de ocasião. Em geral, eles se dão por fora da política institucional e de suas regras e, não raro, apelando para situações de força. Uma administração de todos contra todos.

Porém, e ao contrário do que afirma o texto, a desconstrução não tem nada a ver com o lumpesinato e sim com os interesses dos verdadeiros ocupantes do *poder* de Estado – que não são os mesmos que ocupam o *aparelho* de Estado. Essa desconstrução não resulta da visão caótica, individualista e destrutiva do lumpesinato. Fernando Henrique Cardoso e os tucanos falavam em desconstruir a “Era Vargas” e eles não têm

nada de lumpesinato. Trata-se de uma política coerente e construtiva de uma nova hegemonia, a hegemonia do capital internacional e dos segmentos da burguesia brasileira a ele associado – a burguesia interna, que foi a fração hegemônica nos governos do PT, sofreu defecções e foi deslocada para uma posição subordinada no interior do bloco no poder. A “desconstrução” da qual falou Jair Bolsonaro nos EUA é a desconstrução para o capital internacional e para a burguesia associada, em primeiro lugar, e, em segundo lugar, para a burguesia interna, não pelo e para o lumpesinato que se moveria “(...) por pequenos e grandes negócios de ocasião”. Não é uma política errática. O equívoco aqui é grande. Ele oculta que a proteção da economia nacional, a garantia dos direitos dos trabalhadores, a CLT e a própria Constituição de 1988 estão sendo “desconstruídas” para atender ao imperialismo dos EUA e não ao lumpesinato que, como indicam os próprios autores, sequer têm capacidade política e projeto de poder.

BOLETIM LIERI

Laboratório Interdisciplinar de
Estudos em Relações Internacionais



SOBRE O LIERI

O Laboratório Interdisciplinar de Estudos em Relações Internacionais (Lieri) é um núcleo de pesquisa que reivindica uma abordagem interdisciplinar das relações internacionais, valorizando as diversas contribuições dos especialistas das áreas das Humanidades. O grupo agrega pesquisadores com diferentes formações acadêmicas, como historiadores, economistas, cientistas sociais, cientistas políticos, geógrafos, especialistas em Relações Internacionais, dentre outros pesquisadores das Ciências Humanas que têm objetos de estudo ligados às Relações Internacionais. Sua formação se originou de uma iniciativa de professores e alunos ligados ao curso de Relações Internacionais da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). As atuais linhas de pesquisa do grupo são: História das Relações Internacionais; Política externa e relações internacionais do Brasil, Economia Política Internacional, Segurança Internacional, Teoria, Instituições e Relações Internacionais.

www.laboratorios.ufrrj.br/lieri/

www.facebook.com/lieriufrrj/

lieri@ufrrj.br

Coordenação: Ana Saggiaro Garcia e Caio Bugiato

Diagramação: Ana Carolina Aguiar